



A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA REAL DE PINDAMONHANGABA POR MEIO DAS OBRAS DE FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

THE CONSTRUCTION OF THE URBAN SPACE OF THE VILA REAL DE PINDAMONHANGABA BY MEANS OF THE CONSTRUCTIONS OF FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

Brenda Laisa Morais*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar as contribuições de Francisco Antônio Pereira de Carvalho, mestre de obras nascido em Portugal, que participou de importantes obras que visavam à construção do espaço urbano da cidade de Pindamonhangaba a partir do ano de 1840. Para tanto, propomos a investigação da rede de sociabilidade que se constrói em torno da família de Francisco, como meio de compreender as possibilidades de inserção das camadas médias em uma cidade governada pelos barões do café. O trabalho torna possível a verificação de que todo o conjunto arquitetônico do espaço urbano de Pindamonhangaba, tombadas na década de 1960 pelo CONDEPHAAT, é composto por obras pensadas e/ou realizadas por Francisco, evidenciando a participação deste personagem no contexto histórico da época. Por essa razão, torna-se necessária a análise sobre formação da memória que legitima as obras deste período como sendo o patrimônio histórico da cidade de Pindamonhangaba.

Palavras-chave: Espaço urbano. Pindamonhangaba. Francisco Antônio Pereira de Carvalho.

Abstract: The purpose of this article is to investigate the contributions of Francisco Antônio Pereira de Carvalho, master of works born in Portugal, who participated in important works that aimed at the construction of the urban space of the city of Pindamonhangaba from the year 1840. the investigation of the network of sociability that is built around the family of Francisco, as a means of understanding the possibilities of insertion of the middle strata in a city governed by the coffee barons. The work makes it possible to verify that the entire architectural complex of the urban space of Pindamonhangaba, recorded in the 1960s by CONDEPHAAT, is composed of works designed and realized by Francisco, evidencing the participation of this person in the

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com o projeto "O Café e a Cidade: A Câmara municipal e o processo de urbanização de Pindamonhangaba, 1840-1880", subsidiado pela FAPESP (2018/21759-9), sob orientação da professora Dr. Maria Luiza Ferreira de Oliveira. Membro Pesquisador e Secretária Geral do Instituto de Pesquisa Histórico e Ambiental Regional (IPHAR).



historical context of the time. For this reason, it is necessary to analyze the formation of memory that legitimates the works of this period as the historical patrimony of the city of Pindamonhangaba.

Key Words: Urban space. Pindamonhangaba. Francisco Antônio Pereira de Carvalho.

Introdução

Ao andarmos pela cidade de Pindamonhangaba, em busca dos resquícios materiais do passado, podemos vislumbrar os vestígios deixados por aqueles que, ali também, um dia passaram. Ainda, em meio aos prédios envidraçados, sobrevivem os antigos telhados de barro, as grandes janelas de madeira, a taipa de pilão; enfim, resquícios que têm muito a nos contar sobre a sociedade que os erigiu, sobre as relações que ela conservou e sobre as formas de viver e pensar dos indivíduos que por ela passaram.

Deste modo, o patrimônio material de uma cidade, inserido em seu espaço urbano, compreende a totalidade de lugares construídos em decorrência dos processos dinâmicos de suas relações sociais que, posteriormente, se convertem em memória a serem lembradas pelos indivíduos a que constituem. Uma vez que, “a memória social é uma modalidade da memória que se caracteriza por ser a memória de um grupo, de uma coletividade, que tem, como referência, marcos sociais, ou seja, fenômenos sociais” (PEIXOTO, 2009, p. 98) que são incorporados pelos indivíduos e compartilhados pelo grupo a quem pertencem.

Esses fenômenos sociais articulam as memórias individuais e coletivas em torno de si, “no sentido de que esses fenômenos sejam reconhecidos como patrimônio por toda a sociedade e que assim cumpra a sua função primeira de estabelecer relações de identidade” (PEIXOTO, 2009, p. 99). Neste sentido, o patrimônio material de uma cidade pode ser considerado um lugar privilegiado para o estudo do espaço urbano, pois carrega em si pontos de referência da dinâmica urbana vivida em determinado local.

Sobre a análise do espaço urbano, Rossi (2001) enfatiza a importância do “estudo das permanências”, ou seja, dos resquícios, que carregam os patrimônios materiais, uma vez que, “eles são um passado que ainda experimentamos” (ROSSI, 2001, p. 51). Segundo o autor, as permanências de um espaço urbano caracterizam-se e são perceptíveis através dos traçados das construções e do plano arquitetônico de uma cidade. Desse modo, o estudo sobre residências,



prédios e praças públicas, dentro da lógica das permanências, tem muito que nos mostrar a respeito dos elementos estruturais que constituem uma cidade. Neste sentido, a pesquisa com a “biografia das cidades”, como coloca Martins (1998), nos permite perceber como fora estruturado o plano arquitetônico de uma cidade:

Com vistas a eleger os espaços, marcos e monumentos explicadores daquele chão. Marcos significativos dos vários agentes sociais que aí atuaram, procurando registrar não a memória do apogeu, mas das transições, dos monumentos revolucionários, dos silêncios intencionalmente soterrados, das persistências e das rupturas. (MARTINS, 1998, p. 180).

Considerando o debate acima como importante ferramenta para compreender a dinâmica dos espaços urbanos, bem como sua legitimação enquanto patrimônio histórico através das “permanências” edificadas, o presente artigo tem como objetivo compreender o processo de urbanização da Vila Real de Pindamonhangaba entre os anos de 1840 e 1870, por meio do mapeamento da trajetória do mestre de obras português Francisco Antônio Pereira de Carvalho (? – 1864) e da rede de sociabilidade na qual ele se insere ao se tornar morador desta vila. Sobretudo, evidenciando os discursos: do considerado primeiro memorialista da cidade, o jornalista Athayde Marcondes (1872-1924); dos relatos dos viajantes; e das atas da Câmara Municipal de Pindamonhangaba. Através do objetivo principal do artigo, buscamos compreender mais da conjuntura político-social que envolveu a construção do espaço urbano de cidades como Pindamonhangaba, sendo este processo comum a muitas cidades do Vale do Paraíba paulista, como Taubaté e Lorena, que obtiveram pujança econômica no período áureo do plantio cafeeiro, em meados dos oitocentos.

O recorte temporal do artigo justifica-se pela chegada, no ano de 1840, do mestre de obras Francisco Antônio Pereira de Carvalho, popularmente conhecido como Chiquinho do Gregório, que, por sua vez, participou de inúmeros movimentos visando à remodelação do espaço urbano pindamonhangabense naquele período. De origem portuguesa, e sem instrução formal, Chiquinho é rapidamente incorporado como mão de obra para as construções públicas e para as moradias da elite cafeeira de Pindamonhangaba, se tornando personagem central da nossa discussão, sobretudo, um elo para demonstrar como diferentes grupos sociais estavam



empenhados na urbanização da vila e no estabelecimento de uma memória calcada nos ideais de progresso e modernização, próprios do século dezanove.

Tal período é profícuo para o estudo da construção do espaço urbano, pois é neste contexto que ele irá se destacar como local de aplicação de uma pretendida civilidade e de um modo de vida elitista, próprio da nascente classe burguesa, e que repercute na construção dos edifícios que copiavam os estilos arquitetônicos da Corte. Neste sentido, destacamos a propriedade de Antônio Salgado da Silva (1805-1888), o Visconde da Palmeira, conhecido como um dos maiores produtores de café da Vila de Pindamonhangaba, com o plantel de 177 escravos, número considerável se comparado ao fato de que em 1876 havia quinze mil habitantes livre e três mil em cativeiro (MARCONDES, 2000).

A principal propriedade rural do Visconde, a fazenda da Palmeira, foi arquitetada por Chiquinho do Gregório e era descrita como sendo imponente e requintada, mas foi o seu Palacete, erigido na Rua Formosa que coroou o apogeu do produtor de café, conforme demonstra a figura 1. Considerada a construção de taipa mais alta do Brasil, o Palacete é em estilo neoclássico, possuindo sacada em mármore Carrara com gradil de ferro doce trabalhado guarnecendo toda a sua extensão. Além disso, no terraço havia uma fonte projetada pelo próprio Chiquinho que era circundada por estátuas de louça que representavam as estações do ano e pinhas de louça, ambos provenientes de Portugal. No frontispício, encontra-se o brasão de armas do Visconde da Palmeira, ladeado por animais mitológicos, e as cinquenta e sete janelas da fachada iluminam os mais de trinta cômodos. Segundo Sacarano:

Nas paredes encontramos telas de August Petit, Rugendas e Debret [...]. O luxo e o requinte eram notáveis: baixelas de ouro e prata, inúmeras tapeçarias, lustres com mangas de cristal e uma grande quantidade de objetos importados, como acontece nos solares valeparaibanos. (SCARANO, 1978, p. 70).



Figura 1 – Palacete Visconde da Palmeira.



Foto: Jornal Tribuna do Norte (reprodução). Disponível em: <http://jornaltribunadonorte.net/noticias/obras-seculares-de-chiquinho-do-gregorio/>. Acesso em 25/05/2019.

Tombado na década de 1960, hoje o Palacete abriga o Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Por sua vez, o Palacete 10 de Julho, antigo Palacete Itapeva, hoje dá lugar ao Centro de Memória Barão Homem de Mello. No século dezenove, o último foi residência da segunda filha do Visconde da Palmeira, casada com o irmão de seu pai, Ignácio Bicudo Siqueira Salgado, Barão de Itapeva (1812-1894), também contou com os serviços de Chiquinho.

Na construção do Palacete Itapeva foram empregadas técnicas mistas, com a utilização da alvenaria de tijolos queimados e a taipa de pilão, abobadilhas de ladrilhos, colunas de ferro fundido, pisos hidráulicos, escada em mármore e forros ornamentados por pinturas e ornamentos em madeira e gesso, segundo figura 2. A estas residências particulares soma-se o Teatro Municipal, a nova Casa de Câmara e Cadeia, o Cemitério Municipal e a Capela de São José, que foram traçadas e executadas pelo mestre de obras Chiquinho do Gregório, além das tentativas de iluminação pública, de calçamento das ruas e da construção do passeio público que a municipalidade procurava implementar na vila.



Figura 2 – Palacete 10 de Julho, antigo Palacete Itapeva.



Foto: Secretaria de Cultura e Turismo. Disponível em: <http://estadodacultura.sp.gov.br/espaco/7101/>. Acesso em 28/02/2018.

Segundo Martins (1998), é comum neste período o uso da palavra “aformozamento” que, por sua vez, aparece com frequência nas decisões das Câmaras Municipais para intensificar os processos de construção e remodelamento do precário espaço urbano. Aformozamento este que visava dar às residências, edifícios e praças, traços semelhantes aos da Corte Real, instalada no Rio de Janeiro no ano de 1808, tendo como intuito esconder as fachadas coloniais, consideradas atrasadas pela elite cafeeira, mas que, ao mesmo tempo, convivia com a infraestrutura deficiente das vilas, evidenciando, desta maneira, o paradoxo da modernidade.

Como demonstram os pareceres emitidos pelo Fiscal da Câmara na sexta sessão ordinária de dezenove de novembro de 1859, onde foram aprovados os requerimentos dos cidadãos Manuel Eufrázio de Toledo e Manuel José Affonso, pedindo o primeiro, o alinhamento de sua rua para poder erguer muros de taipas em seu terreno de forma correta e, o segundo, a anexação de vinte palmos do terreno vizinho ao seu e que é de propriedade do Conselho Municipal. Segundo a resposta do Fiscal:

Acha conveniente o alinhamento requerido por isso que é a bem do aformozamento publico, e no do 2º declara que visto ter-se mudado a passagem do rio Tabahú em direção a rua que d’esta Cidade segue para o mesmo e ficando



inutilizado uma área de terreno junto a casa do peticionário, acha razoável sua pretensão tendo em vista ficar o local mais afofoado. (ACTA MUNICIPAL, 1859, f. 30).¹

Contudo, na segunda sessão ordinária de dezenove de dezembro do mesmo ano, o Fiscal comunica à municipalidade o requerimento de Joaquim Fernandes de Oliveira, pedindo permissão para poder colocar um “moirão no largo de São José Novo para n’ele poder prender os animais que toma para ferrar visto que exerce esta profissão e não pode prender os animais em sua porta por ser proibido pelas Posturas em vigor” (ACTAS MUNICIPAIS, 1859, f. 31), o que é prontamente indeferido, sendo o controle dos animais desgarrados pela incipiente malha urbana da Vila de Pindamonhangaba uma das tarefas que cabe ao Fiscal. Tais petições evidenciam as contradições que se encontram no espaço urbano das cidades do século dezenove, onde as formosas ruas são compartilhadas pelas senhoras e as cabras, os cachorros e os porcos.

Os ideais urbanísticos que perpassam o Império Brasileiro, naquele instante, surgem das exigências de demandas econômicas financiadas pela elite cafeeira para o seu próprio usufruto, ou seja, esse movimento embelezador fora utilizado para legitimar seu domínio que, por sua vez, está fundamentado no ambiente material por ela edificado. Por esse motivo, o espaço urbano é local de intervenções e disputas que repercutem nos traçados e, conseqüentemente, nas relações sociais e, sobretudo, econômicas.

De Bandeirante à Princesa

Pindamonhangaba se formou como freguesia às margens do Rio Paraíba do Sul como importante centro de passagem das bandeiras que adentravam os sertões em busca dos índios Puris e do ouro nas Minas Gerais no século dezessete. A freguesia de Pindamonhangaba fazia parte da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, devido às terras doadas pela Condessa de Vimieiro (1570-±1645), herdeira da capitania de São Vicente, à Jacques Félix (±1570-±1655), fundador da vila taubateana.

¹ Optamos por manter a grafia original, tanto nas citações retiradas do livro de Athayde Marcondes (1922), como dos documentos consultados.



Devido ao crescimento populacional e econômico, já no início do século dezoito, os habitantes da freguesia de Pindamonhangaba reclamaram maior autonomia administrativa, levando ao desgaste das relações com Taubaté. Essa situação fora somente normalizada pela Carta Régia de Dona Catarina de Bragança (1638-1705), Rainha da Inglaterra e Infanta de Portugal, que acabou ratificando a fundação da Vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, no dia 10 de julho de 1705.

No início do século dezenove, segundo dados investigados por Ebe Reale (1970), a Vila Real de Pindamonhangaba possuía 4267 habitantes; já nos anos de 1820 este número sobe para 5172 até alcançar 6036 habitantes, no ano de 1832. A produção agrícola estava organizada, fundamentalmente, em torno do açúcar e do café, cabendo ao primeiro à produção de 500, 1500 e 1400 quintais nos anos de 1817, 1818 e 1820, respectivamente. Quanto ao café, nas duas primeiras décadas do século, sua produção é insignificante: 15 quintais em 1817, 25 quintais em 1818 e 40 quintais em 1820. Porém, no relatório ao governo da Província de 1825, vemos que muitas fazendas têm grande quantidade de pés de café que ainda não haviam dado frutos. Tais dados revelam o grande surto cafeeiro que chegaria a Pindamonhangaba anos mais tarde. Assim, em 1836, temos 36 fazendas de café na vila e uma produção de 62628 arrobas; chegando a meados dos oitocentos com uma produção agrícola que começa a fazer parte do panorama esboçado pelas demais cidades do Vale do Paraíba durante o Império.

Com a economia em franco desenvolvimento, temos a cristalização de uma elite cafeeira em Pindamonhangaba, agraciada com doze títulos nobiliárquicos durante o Império, empenhada em homogeneizar e fortalecer uma identidade política e cultural da classe senhorial. Sob o estandarte dos ideais de progresso e civilização, este grupo social conseguiu lançar as bases para uma coesa identidade social, incorporando, também, as classes médias urbanas e os profissionais liberais.

A riqueza proveniente dos cafezais era ostentada no estilo de vida próprio da classe senhorial, com a construção de complexos cafeeiros, imensas fazendas e imponentes palacetes. Através da incorporação de “modelos de comportamento, ideias de civilização e hábitos de consumos próximos ao europeu” (MUAZE, 2015, p. 66), a classe senhorial legitimou uma cultura e um modo de ser: “valores tais como educação, instrução, etiqueta, refinamento e novas



práticas de consumo, passaram a constituir o novo *habitus* da classe senhorial” (MUAZE, 2015, p. 81).

Este novo *habitus*, propagado pela elite se reflete na organização urbana da Vila Real de Pindamonhangaba, principalmente, através da incorporação dos cargos públicos e das comissões organizadas para arrecadação de fundos para obras de interesse público, como consta na leitura das atas da Câmara Municipal, localizadas, hoje, no Centro de Memória Barão Homem de Mello. Todavia, antes de se investigar o cotidiano pindamonhangabense e de seus personagens, como Chiquinho, convém expor o que foi proferido pelos viajantes, com o sentido de ilustrar as transformações urbanas e sociais que ocorreram na primeira metade do século dezanove na vila.

Passando por Pindamonhangaba, em 25 de março de 1822, Auguste de Saint-Hilaire² (1779-1853), descreve a localidade da seguinte maneira: “pouco importante e apenas consta de uma rua. As casas são baixas, muito pequenas, mas cobertas. Existem em Pindamonhangaba três igrejas muito pequenas. Entrei na principal e achei-a escura e bastante feia” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 75). Cerca de uma década depois, Alcide d’Orbigny³ (1802-1857) expressa semelhante olhar, dizendo que “é uma povoação situada entre três rios, o Parapitinga, o Água Preta e o Ribeirão da Vila, que consiste de algumas casinhas em muito mau estado, espalhadas em uma colina” (D’ORBIGNY, 1976, p. 173). Através do relato destes dois viajantes percebemos que Pindamonhangaba não possuía nenhum atrativo e suas edificações eram insignificantes, não havendo preocupações urbanísticas por parte de seus habitantes. Contudo, trinta anos depois, Emílio Zaluar⁴ (1826-1882), se encanta com a cidade, afirmando o seguinte:

² Botânico e naturalista francês, Saint-Hilaire foi membro de uma das primeiras viagens exploratória ao Brasil colonial. Viajou pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre os anos de 1816-1822. Ao voltar para a Europa publicou suas impressões, entre 1830-1851, com o título *Voyages dans l’interieur du Brésil*, em oito tomos, constituindo-se em um dos mais minuciosos relatos da natureza e da forma de organização da sociedade brasileira.

³ Paleontólogo e naturalista francês, d’Orbigny viajou pelo Brasil, e demais localidades da América do Sul, entre os anos de 1826-1833. Em missão pelo Museu de Paris, estudou etnografia, história natural e geologia, cujos resultados publicou em *La Relation du Voyage dans l’Amérique Méridionale pendant les années 1826 à 1833*.

⁴ Jornalista e poeta português, Zaluar emigrou para o Brasil em 1850, tornando-se cidadão brasileiro seis anos depois. Colaborou com diversos jornais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo a sua principal obra o livro *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, publicado em 1862.



O poder das ideias que o sopro da civilização espalha nas asas do progresso tem germinado frutos abençoados nesta terra de predileção. Ao lado de uma natureza luxuriante acelera-se o desenvolvimento material e brota como espontâneo o talento e gênio de seus filhos (ZALUAR, 1975, p. 92).

É interessante notar os usos dos conceitos de civilização e progresso, ideais ilustrados da burguesia, para descrever os frutos desta terra, colocando a Vila Real de Pindamonhangaba como detentora de alto grau de desenvolvimento cultural, característica que vai ser acentuada no decorrer de seu relato, exaltando a sua natureza, sua geografia, os habitantes detentores de índole e caráter, empenhados na conquista pela inteligência. Segundo Emílio Zaluar,

Pindamonhangaba é uma das cidades do norte da província de S. Paulo em que estes fatos se tornam por assim dizer visíveis e palpáveis. E preciso admirar a poética arquitetura de sua matriz, concepção grandiosa de um artista quase ignorado, cujas fachadas se levantam ao céu em linhas puras e suaves, com singelos pensamentos de piedade e fé; é preciso ver as construções artísticas dos bem acabados prédios que adornam as largas e formosas ruas da cidade; é preciso gozar da confraternidade amável de seus habitantes, apreciar a sua sociabilidade, conviver com os distintos talentos que a enobrecem, para justificar uma teoria que ao menos aqui é amplamente realizada (ZALUAR, 1975, p. 92).

Percebe-se em sua fala que existe um “artista ignorado” trabalhando na remodelação da matriz, sendo possível inferir que Emílio Zaluar encontrou Chiquinho do Gregório pessoalmente durante a sua passagem pela vila. Em sua descrição, o viajante expõe que, para além das igrejas, existe um conjunto de prédios “bem acabados”, em “largas e formosas ruas”, onde os habitantes podem socializar e “conviver com os distintos talentos”, demonstrando que todo aquele aspecto das “casinholas feias” e “sem importância”, descrito por Alcide d’Orbigny e Auguste de Saint-Hilaire, respectivamente, anos antes, já não existe mais. É válido lembrar que Emílio Zaluar fora o responsável pela criação da denominação “Princesa do Norte”, que até hoje acompanha a cidade.

Andando pela cidade em 1860, Zaluar já consegue vislumbrar os frutos erigidos pelos lucros dos cafezais, ressaltados por Ebe Reale (1970), uma vez que, na década de cinquenta, a produção cafeeira de Pindamonhangaba chegava a 350000 arrobas, cifra que é ultrapassada apenas pelas 554000 arrobas produzidas na cidade de Bananal, e pelas 354000 arrobas de café, na cidade de Taubaté. As riquezas produzidas nas fazendas de Pindamonhangaba refletiram no



orçamento municipal nos anos subsequentes: de 4:360\$000, em 1840, para 10:938\$000, em 1876, 20:611\$000, em 1884, atingindo a quantia de 30:000\$000, em 1889.

Antes de continuarmos com os relatos deste célebre viajante, é necessário inserir nosso personagem nesta trama. Chiquinho do Gregório, segundo Athayde Marcondes (1922), era

moço inteligente, dotado de bons costumes era o Chiquinho muito estimado e considerado por todos que com elle privavam. Empulha-se à consideração de todos pelo seu talento e pelas raras habilidades de que era dotado, distinguindo-se das vulgaridades. Foi um homem empreendedor e prestou optimos serviços a Pindamonhangaba. Delle disse o illustre Sr. Barão Homem de Mello, de saudosa memória: - “Cada rua de nossa cidade, como casa pedra de nossos edificios guarda o nome venerado de Pereira de Carvalho” (MARCONDES, 1922, p. 155).

Nascido na vila portuguesa de São João da Pesqueira, Chiquinho desembarcou no Rio de Janeiro no ano de 1836, chegando à Pindamonhangaba em 1840. Seu apelido “do Gregório” advém do seu matrimônio com D. Maria Rita de Oliveira e Costa, filha do Capitão Gregório Costa (1806-1888), que se infere como sendo o responsável pela inserção de Chiquinho dentro da sociabilidade pindamonhangabense, uma vez que ele é rapidamente contratado para participar de inúmeros projetos de melhoramentos da cidade. Segundo Eudes Campos (1997), muitos arquitetos foram autodidatas,

embora nenhum deles com o renome e o talento do lusitano Francisco Antônio Pereira de Carvalho, o Chiquinho do Gregório, radicado em Pindamonhangaba e autor da matriz desta cidade, do qual se conhecem os dados biográficos básico e o solene retrato, em que sua condição profissional é claramente representada (CAMPOS, 1997, p. 273).

Prosseguindo com seu relato, Emílio Zaluar descreve os edifícios mais importantes da cidade, bem como as sociabilidades circunscritas nestes espaços. Ele comenta a reforma ocorrida na Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, conforme figura 2, que tem seu frontispício reconstruído nos anos de 1841 e 1842: “é uma peça, de arquitetura dória, cujo risco é devido ao hábil e inteligente artista Antônio Pereira de Carvalho”, obra por ser finalizada ainda e que foi custeada por doações dos próprios fiéis “sobe hoje a 50 contos de réis”.



Figura 2 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso em meados da década de 1960.



Foto: Eduardo San-Martin. Disponível em: <https://www.portalr3.com.br/2010/07/historia-o-porque-de-se-comemorar-a-emancipacao-e-nao-a-fundacao-de-pinda-no-dia-10-de-julho/>. Acesso em 28/02/2019.

Zaluar visitou, também, além da Igreja do Rosário, a Igreja de São José, conforme figura 3, que foi financiada pela família Godói no decorrer da década de 1840, e se tornou local privilegiado para os sepultamentos dos barões da cidade no decorrer do século. O viajante reclama ainda que a velha Casa de Câmara e a Cadeia “não correspondem à beleza dos outros edifícios públicos” e apela para as autoridades para que providências sejam tomadas, de acordo com a “inteligência e zelo dos atuais vereadores”. Outra edificação que ostenta beleza e requinte é o teatro: “o melhor sem dúvida de todo o norte da província”, desenhado por Chiquinho do Gregório, “artista de talento transcendente, que tanto mais se torna digno da pública atenção, quanto nunca fez estudos profissionais e deve quanto sabe a sua inteligência, gosto e louvável dedicação ao trabalho” (ZALUAR, 1975, p. 93). E, por fim, atenta para o fato de que existe um cemitério fora da cidade, já que os enterros em igrejas já haviam sido proibidos na época. Sobre as casas, o autor descreve que,

Grande número de prédios adorna as ruas de Pindamonhangaba, e entre eles merecem especial menção o do Sr. Capitão Antônio Salgado Silva, palacete de gosto, ainda não acabado, mas que denuncia já um brilhante edifício, devido ainda ao risco e direção do Sr. Carvalho; os prédios dos Excelentíssimos Srs. Barão de Pindamonhangaba e Monsenhor Marcondes, o do Sr. Tenente-Coronel Antônio Godói Moreira e costa, Major Ferreira, ajudante Almeida, padre



Antônio da Cunha Salgado, Domingos Marcondes Homem de Melo, Baronesa de Paraibuna, e a casa do vigário, o Ver. Cônego João Nepomuceno d'Assis Salgado (ZALUAR, 1975, p. 94).

Figura 3 – Capela São José



Foto disponibilizada pelo Centro de Memória Barão Homem de Melo.

Por meio deste relato, podemos reconstituir os principais edifícios da vila de Pindamonhangaba e atestar que houve uma transformação quantitativa, pelo número de locais públicos e privados erigidos, e também qualitativa, já que são descritos pela beleza que ostentam. E, como podemos perceber pelo relato de Zaluar, todas as residências dignas, ou seja, “que merecem especial menção”, eram ocupadas por membros da elite, do exército ou do clero. Por meio dessa necessidade de construir uma materialidade urbanística, condizente com os fatores econômicos, políticos e culturais, da época, Chiquinho do Gregório consegue rápida inserção na sociabilidade pindamonhangabense, uma vez que chega à vila no exato momento em que estas transformações estão se iniciando e o fluxo econômico está em ascensão: “transformar as cidades em locais aprazíveis significava dar-lhes um caráter de civilização. Utilizando-se um discurso de repúdio ao ‘atraso’ e de defesa da ‘modernização’, verdadeiras intervenções ‘cirúrgicas’ foram efetuadas em algumas cidades” (MACHADO, 1998, p.72).

Pela documentação, até o momento, recolhida a respeito de Chiquinho do Gregório, conseguimos recompor parte de sua trajetória, que teve início como mestre de obras na edificação



da Igreja de São José, sob o patrocínio da família Godói, somente inaugurada em 1848, trabalhando concomitantemente nas obras de reforma do frontispício da Igreja Matriz, nos anos de 1841 e 1842. No entanto, existem divergências históricas sobre a participação de Chiquinho na reforma da Matriz. Na década de 1850, Chiquinho também trabalhou na construção do palacete do Barão de Itapeva, atual Palacete 10 de Julho, e posteriormente, atuando sozinho no projeto do palacete do Visconde da Palmeira, e na edificação do Teatro Municipal. Na década seguinte, participa da obra destinada a Casa de Câmara e Cadeia, além de inaugurar o primeiro jornal da cidade, o “Progresso”, e o Clube Literário Pindamonhangabense. Por fim, em 15 de outubro de 1864, inaugura o Cemitério Municipal, vindo a falecer, curiosamente, no dia seguinte, cabendo a Chiquinho do Gregório, seu idealizador, o túmulo número um.

Sobre a construção do novo cemitério, é relevante ressaltar que o antigo foi construído em 1840, com a utilização de mão de obra escrava concedida por alguns dos munícipes. Contudo, o crescente índice de mortalidade, devido a uma epidemia de Cólera ocorrida na época, e com a perspectiva do trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II margeando a área próxima à do antigo cemitério, foi acordado entre os vereadores a retirada do cemitério deste local e sua transferência para um local afastado do centro, cabendo a Chiquinho esta empreitada. No antigo terreno, foi construída uma escola pública, remanescente até hoje, em amplo prédio, para que esta fosse à primeira visão do viajante que descesse da estação ferroviária. Tais ações refletem os ideais de progresso e civilização, bem como de higienização, que a cidade estava empenhada em transmitir em suas obras.

Essas construções fazem parte do que Tirapelli (2014) denomina de “arquitetura sem arquiteto”, uma vez que o planejamento e execução dos edifícios eram realizados por diferentes pessoas, sendo difícil estabelecer uma autoria. Todavia, no caso de Pindamonhangaba, Chiquinho do Gregório é ovacionado pelos memorialistas por sua genialidade e pela beleza expressa em suas obras que, por sua vez, obnubilam os demais atores sociais envolvidos nas edificações. Mesmo sendo um indivíduo que vem de fora, que não possuía nenhum laço com os grupos sociais presentes na cidade, é o “saber-fazer” diferenciado que coloca Chiquinho em destaque nesta conjuntura.



Portanto, a falta de formação acadêmica não diminuiu a ilustração alcançada por Chiquinho, pelo que podemos inferir, era um homem ligado às letras, atestado pela iniciativa de fundar o primeiro jornal da cidade e o clube literário. Talvez esta fosse uma ação que visasse construir uma rede de relações sociais onde ele era o protagonista, numa tentativa de ter um espaço que não estava totalmente tutelado pela elite.

Além disso, para compreender o espaço de atuação de Chiquinho, temos que pensar a maneira como a sua família está alocada dentro da cidade. Como já foi colocado, ele se insere na sociabilidade pindamonhangabense através da atuação de seu sogro, o Capitão Gregório Costa, que era um homem de relativas posses, mas que não fazia parte, de fato, da elite da cidade.

Pela leitura das atas da Câmara Municipal, notamos que Gregório Costa, por sua vez, atuava em diferentes cargos públicos, como o de “fabriqueiro”, testamenteiro, coletor de rendas, integrante de comissões para implantação de obras, como as destinadas a Santa Casa de Misericórdia, delegado e capitão da Guarda Nacional. Segundo o memorialista Athayde Marcondes (1922), ele era:

Um dos vultos mais sympathicos da galeria política pindense. Foi prototypo das virtudes cívicas – impunha-se a consideração de seus admiradores pelo seu caráter puro e pela nobreza de seus sentimentos. Como homem foi exemplo de todas as virtudes, como político – um grande patriota. [...] Não houve um só melhoramento nesta cidade em que o nome do Ilustre paulista não estivesse ligado. (MARCONDES, 1922, p. 194).

Pela leitura das atas da Câmara, notamos que Gregório Costa atuou também como negociante e fazendeiro, como atesta o seu pedido feito à municipalidade na quarta sessão ordinária de quatro de novembro de 1842 para obter licença para comercializar as fazendas secas, facas e pólvoras de seu armazém, que acreditamos ser de parceria com Chiquinho, uma vez que existia entre eles um processo de partilha de bens (JORF, 067, Nº 18).

Eleito vereador, Gregório Costa toma posse em janeiro de 1841, onde passa a instigar o maior número possível de obras públicas. É notável o seu empenho em aprovar, por exemplo, a desapropriação dos terrenos que circundam a Capela de São José, obra de Chiquinho, segundo seu discurso proferido na quarta sessão ordinária de vinte e seis de setembro de 1844,

tendo em vista unicamente a utilidade publica, e depois destes maduramente pençado, reconhese-se que a Igreja sem largo, fica inteiramente sem elegancia,



que as outras camaras transactas já reconhecerão a mesma precisão, e por isso deixarão e marcaram o largo espaço, tendo em vista não só o decôrro e ornamento do Templo, como taobem a construção de huma nova cadeã por se alli lugar mais adequado para semelhante fim (ACTAS MUNICIPAIS, 1844, f. 204-205).

Seu requerimento é aprovado, segundo os princípios do aformozeamento e do bem público, e criando, assim, mais uma oportunidade de emprego para seu genro, que será posteriormente contratado para arquitetar a nova Casa de Câmara e Cadeia. Este é mais um exemplo de como, muitas das vezes, as ações de Gregório Costa na Câmara Municipal refletiam nas possibilidades de emprego do seu genro.

Enfim, nossas análises sobre Chiquinho do Gregório demonstram as possibilidades de uma pequena ascensão social possível àqueles que eram letrados, com um “saber-fazer” diferenciado, autônomos e profissionais liberais, que eram necessários à elite na feitura do processo de urbanização das cidades no século dezenove.

Memórias edificadas

Numa atitude de eternizar “os costumes, a ilustração, a amabilidade e o bom gosto das brilhantes reuniões [...] no seio dessa população escolhida e fina”, a cidade de Pindamonhangaba continua a rememorar seus tempos áureos por meio da preservação dos bens materiais. Rememorando os tempos em que era “centro energético e produtor [...] pequeno empório de riqueza e civilização” (ZALUAR, 1975, p.95).

Desta maneira, podemos constatar que, ao longo do tempo, os discursos dos memorialistas, como o jornalista Athayde Marcondes, o primeiro a registrar a história da cidade de Pindamonhangaba, vão corroborar com os tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT⁵, nos anos de 1960, onde foram legitimadas, como patrimônio histórico, as obras em que trabalhou Chiquinho do Gregório, ou que, ao menos, sofreram a sua influência. Não que ele tenha sido um

⁵ CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) é o órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, criado pela Lei Estadual 10.247 de 22/10/68, tendo como função identificar, proteger e preservar os bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, turístico, cultural e ambiental do Estado de São Paulo.



personagem símbolo da cidade ao lado dos viscondes e barões, mas porque suas obras estão ligadas ao período áureo da produção cafeeira na cidade e o seu consequente apogeu econômico.

Desse modo, percebemos que Chiquinho do Gregório, como outros profissionais com “saber-fazer”, foram instrumentos para a criação da memória urbana de Pindamonhangaba que, por sua vez, está circunscrita dentro dos limites dos bens eclesiásticos, de ordem pública e da elite, resumindo a memória da “Princesa do Norte” a um curto período histórico do século dezenove.

Por isso, como coloca Thiesen, a reconstrução do espaço urbano, deste importante aspecto da vida material, “é importante por ser o espaço onde se desenrolam as rotinas, o habitual da cidade, onde se expressam diferentes valores. [...] a reapropriação pelos indivíduos que vivem na cidade, do seu patrimônio [...] da sua memória” (THIESEN, 1999, p. 12).

Igualmente, nos apropriamos das construções urbanas buscando reconstruir os personagens da cidade de Pindamonhangaba do século dezenove, como Chiquinho do Gregório, e seu sogro, Gregório Costa, e suas relações sociais imbricadas nesses locais, trazendo à tona as dinâmicas exercidas entre a cidade e os indivíduos, bem como as formas de viver e conviver.

Por este motivo, este trabalho procurou, além de trazer uma pequena contribuição aos estudos urbanos dos oitocentos, tão ofuscados pelos estudos arquitetônicos das fazendas vale-paraibanas, evidenciar as relações entre cidade, memória e patrimônio, demonstrando como um personagem singular, no caso de Chiquinho do Gregório, pôde representar as possibilidades e os limites de ações dos homens letrados e profissionais liberais em uma sociedade tutelada pela elite cafeeira.

Fontes:

Actas da Câmara Municipal (1840-1880). Centro de Memória Barão Homem de Mello – Caixas 2001, 2002 e 2003. Pindamonhangaba.
Papéis do Juiz de órfãos - JORF. Centro de Memória Barão Homem de Mello, Caixa 067, nº 18.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Eudes. **Arquitetura paulistana sob o Império** - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.



- LUZ, Rogério Ribeiro da. **5 Cidades paulistas: uma pequena viagem**. São Paulo: KMK, 2002.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Progresso, Civilização e o ordenamento do espaço urbano. In: BATISTA, Marta Rossetti. GRAÍ, Márcia Elisa de Campos. WESTPHALEN, Cecília Maria (orgs). **História comparada de sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas (1840-1945)**. CAPES/COFECUB. Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998.
- MARCONDES, José Athayde. **Pindamonhangaba: Através de dois e meio século**. São Paulo: Typografia Paulista, 1922.
- MARCONDES, José Maurício Puppio. **Uma breve história da Vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba**. Pindamonhangaba: Ed. Do Autor, 2012.
- MARCONDES, José Maurício Puppio. **O Visconde e a Cidade Imperial**. Pindamonhangaba: JAC, 2000.
- MAIA, Tom. MAIA, Thereza Regina Camargo. **Vale do Paraíba: Velhas Cidades**. São Paulo: USP, 1977.
- MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: História e memória da cidade. In: BATISTA, Marta Rossetti. GRAÍ, Márcia Elisa de Campos. WESTPHALEN, Cecília Maria (orgs). **História comparada de sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas (1840-1945)**. CAPES/COFECUB. Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998.
- MUAZE, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: MUAZE, Mariana. SALLES, Ricardo (org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.
- PEIXOTO, Luciana da Silva. Cultura material e memória social. In: FUNARI, Pedro Paulo. CERQUEIRA, Fábio. NOBRE, Chimeni Huhn (org.). **Arqueologia, História, Memória e Patrimônio em perspectiva multidisciplinar**. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2009.
- REALE, Ebe. **Pindamonhangaba: Cidade do Segundo Reinado**. Revista de História da USP, São Paulo, n.83, p.137-174, 1970.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SCARANO, Juliana. **Relatório dos aspectos históricos do Palacete da Palmeira**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1978.
- SAINT-HILAIRE, August. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- TIRAPELLI, Percival. **Arquitetura e urbanismo no Vale do Paraíba: do colonial ao eclético**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- THIESEN, Beatriz Valadão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- ZALUAR, August Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.